

OMT
Lup

CONSELHO GERAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

ATA DA 16.ª REUNIÃO

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, teve lugar a reunião n.º 16/2023 do Conselho Geral (CG) do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), convocada nos termos do disposto na alínea a) do número 1, do artigo 18.º dos Estatutos do IPL, homologados pelo Despacho Normativo n.º 20/2009, publicado em Diário da República, II série, número 98, de 21 de maio, alterados pelo Despacho Normativo n.º 16/2014, publicado em Diário da República, II série, número 217, de 10 de novembro, presidida pela Senhora Professora Ana Maria Bettencourt, com a presença dos Conselheiros constantes da lista de presenças (anexa como doc.1 da presente ata) e com a seguinte Ordem de Trabalhos (OT):

1. Informações;
2. Discussão e aprovação final da revisão dos Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa.
3. Aprovação da Ata da reunião de 21 de novembro de 2022 (15ª reunião do CG);
4. Apresentação e aprovação do Plano de Atividades 2023 (em anexo).

A Presidente do CG cumprimentou o Conselho e a Presidência do IPL, e, tendo-se verificado a existência de quórum, deu-se início à sessão, nos seguintes termos:

1. Informações.

A Sr.ª Prof.ª Ana Bettencourt referiu a Iniciativa Legislativa de Cidadãos relativa à Valorização do Ensino Politécnico, indicando que surgiu uma proposta do Partido Socialista no sentido de alterar o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e permitir a alteração da denominação dos Institutos Politécnicos para Universidade Politécnica desde que reúnam determinadas condições. Também foi referida a realização muito brevemente de uma conferência da Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico (FNAEESP) na Escola Superior

OMA

de Comunicação Social sobre estas mesmas temáticas do Ensino Superior Politécnico. Relativamente ao grupo de trabalho do CG que se dedicou a refletir sobre o futuro do IPL, numa primeira reunião realizada foram identificadas duas questões. Por um lado, a necessidade de reforçar a identidade do Politécnico e por outro lado, aumentar a participação cívica e a cidadania da comunidade IPL.

OMA
ALP

De seguida, a Sr.ª Presidente do CG passou a palavra ao conselheiro Tiago Diniz que pediu esclarecimento sobre a autonomia financeira do ISEL e sobre as vantagens e desvantagens da sua manutenção. Também informou sobre as dificuldades na ligação e comunicação entre a AEISEL e a Presidência do ISEL, nomeadamente sobre a retirada de espaços afetos à AE.

A Sr.ª Prof.ª Ana Bettencourt passou a palavra ao sr. Presidente do IPL.

O Sr. Presidente do IPL informou sobre a atribuição de autonomia financeira ao ISEL, refletindo sobre a relação existente entre o ISEL e o IPL, considerando que não parece ser a mais ajustada. Relativamente à questão das dificuldades sentidas pelos estudantes, referiu que sempre apoiou as suas iniciativas pois considera que são fundamentais para a afirmação da instituição, tendo dificuldade em compreender o não entendimento entre a presidência do ISEL e os estudantes.

No sentido de cumprir a OT, a Sr.ª Presidente do CG solicitou que a discussão sobre as questões do ISEL fosse realizada no final da Reunião.

2. Discussão e aprovação final da revisão dos Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa.

De seguida, existindo quórum apropriado, o Sr. Presidente do IPL deu a palavra ao Sr. Prof. Jorge Veríssimo, que liderou a comissão de revisão dos Estatutos do IPL.

O Sr. Prof. Jorge Veríssimo informou que o documento em análise (anexo como doc.2 da presente ata) já estava revisto pelo gabinete jurídico. Destacou ainda que o documento resultava da fase de consulta pública e estava dividido em três blocos: o primeiro corresponde a pequenos lapsos de linguagem; o segundo corresponde a propostas que foram analisadas e consideradas como desprovidas de fundamento; o terceiro corresponde a propostas que foram analisadas e consideradas como fundamentadas e que devem ser sujeitas a votação.

Passou-se então à apresentação dos lapsos de escrita para correção e das propostas sem fundamento. Finda essa fase, procedeu-se à apresentação das propostas para votação.

1. Artigo 44.º, n.º 3, propõe-se fazer o aditamento das seguintes áreas temáticas: Proteção de Dados e Cibersegurança; Contratação Pública e Património; Auditoria e Controlo Interno. Aprovado por unanimidade.
2. Artigo 20.º, n.º 5, alínea b), propõe-se que a lista de suplentes seja composta pelo dobro de elementos relativamente aos efetivos, no que se refere ao representante do pessoal técnico, administrativo e de gestão do IPL. Aprovado por unanimidade.
3. Artigo 20.º, n.º 7, propõe-se a seguinte redação: “O membro do Conselho Geral que falte a 2 ou mais reuniões, sem apresentar, no prazo de 10 dias, a devida justificação ao presidente do órgão, perde o mandato”. Aprovado por unanimidade.
4. Artigo 46.º, n.º 1, alínea f), confirmação da aprovação da nova denominação da “Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa” que passará a ser “Escola Superior de Saúde de Lisboa”. Aprovado por unanimidade.
5. Artigo 30.º, n.º 1, alínea a), ponto v), da confirma-se a redação já proposta: “Aquisição ou alienação de património imobiliário da instituição, e de operações de crédito, ficando estas propostas sujeitas ao parecer não vinculativo das unidades orgânicas relativamente ao património afeto às mesmas”. Aprovado por unanimidade.
6. Artigo 33.º, n.º 2, confirma-se a redação já proposta: “O Presidente pode ainda designar um estudante e um elemento do pessoal técnico, administrativo e de gestão como membros do Conselho de Gestão”. Aprovado por unanimidade.
7. Artigo 20.º, n.º 2, alínea e) propõe-se a seguinte redação: “Em caso de empate na atribuição do último lugar, este será atribuído à lista menos votada”. Aprovado por unanimidade.
8. Propõe-se a adaptação do texto dos Estatutos de forma inclusiva. O objetivo da linguagem inclusiva consiste em falar e escrever com o cuidado de, ao escolher as palavras utilizadas, demonstrar respeito por todas as pessoas, não

privilegiando umas em detrimento de outras. A adaptação será feita pelo gabinete jurídico. Aprovado por maioria com 3 abstenções.

9. Artigo 25.º, n.º 4, confirma-se a redação já proposta: “A declaração de candidatura tem que ser subscrita por, pelo menos, 50 membros do conjunto dos docentes e investigadores, 50 discentes e 16 trabalhadores do pessoal técnico, administrativo e de gestão, incluindo obrigatoriamente subscritores de todas as unidades orgânicas, no que diz respeito aos docentes e discentes”.
- Aprovado por unanimidade.

Ant
ll

3. Aprovação da Ata da reunião de 21 de novembro de 2022 (15ª reunião do CG);

A Sr.ª Presidente submeteu o texto da Ata da 15.ª Reunião do CG à votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes na referida reunião (19 votos).

4. Apresentação e aprovação do Plano de Atividades 2023

A Sr.ª Presidente começou por destacar alguns pontos do Parecer dos membros cooptados do Conselho Geral (anexo como doc.3 da presente ata) sobre o Plano de Atividades de 2023 (anexo como doc.4 da presente ata). Nele considera-se ser de utilidade para os Estudantes a existência de mais Unidades Curriculares opcionais; por outro lado, deveria existir um reforço da identidade do Politécnico garantindo uma maior participação cívica dos Estudantes; salienta-se ainda que o Politécnico de Lisboa deveria retomar as reuniões do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP).

A Sr.ª Presidente deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente António Belo que apresentou o plano atendendo aos seus 7 eixos estratégicos:

1. Ensino, aprendizagem e apoio social;
2. Investigação, desenvolvimento, criação artística e empreendedorismo;
3. Internacionalização;
4. Governação;
5. Identidade e pessoas;
6. Movimento associativo, desporto e relação com o estudante;

7. Responsabilidade social, sustentabilidade ambiental e voluntariado.

Foram destacados pontos relacionados com o financiamento no âmbito do PRR, o crescimento da massa salarial e a inflação. Apresentou também o orçamento para o ano 2023.

A Sr.ª Presidente do Conselho Geral passou a palavra aos conselheiros.

O conselheiro Jorge Mendonça e Costa teceu algumas considerações ao plano de atividades e orçamento, nomeadamente a descida de orçamento atribuído ao ISEL. Também comentou o desconforto existente entre a Presidência do ISEL e a AEISEL comprometendo-se a verificar internamente os factos. Os conselheiros Ana Marques, Rui Brito, Tiago Diniz, Joana Sousa teceram algumas considerações ao plano de atividades e apresentaram algumas sugestões de melhoria. O conselheiro Fernando Sousa também apresentou a sua análise do plano de atividades, reforçando a questão relacionada com o decréscimo de orçamento do ISEL.

De seguida, a Sr.ª Presidente do Conselho Geral passou a palavra à presidência do IPL para responder às questões colocadas, tendo o Sr. Vice-Presidente António Belo destacado a recente adoção de um mecanismo de atribuição de orçamento mais justo que considera a tipologia e o número de alunos de cada Unidade Orgânica (UO), justificando assim a diminuição do orçamento de algumas UOs e o aumento de outras, nomeadamente a ESTeSL, que, reforçou, ainda deverá ter o seu orçamento aumentado ao longo dos próximos anos.

Retomaram-se as questões relativas ao ISEL levantadas pelo conselheiro Tiago Diniz, tendo a Sr.ª Presidente do Conselho Geral considerado que a autonomia financeira era um tema que devia ser tratado de forma direta e factual no sentido de serem verificadas as condições para a sua manutenção.

O conselheiro Tiago Diniz solicitou à Presidência do IPL uma análise sobre a autonomia financeira do ISEL e respetivos procedimentos de retirada. Reforçou ainda o pedido de clarificação sobre a situação da AEISEL. O Sr. Vice-Presidente António Belo mostrou disponibilidade para proceder às análises solicitadas e trazer os resultados ao Conselho Geral. Foi emitida pelo Conselho Geral uma recomendação nesse sentido.

A conselheira Vanessa Glória informou o conselho que não foi integrado nenhum Técnico administrativo e de gestão na Comissão Nacional que procederá à revisão do RJIES, o que gerou protestos no grupo profissional.

O conselheiro Fernando Sousa solicitou a palavra para reforçar que defendia que para si era fundamental a verificação da regularidade da manutenção da autonomia financeira do ISEL, não existindo o objetivo da retirada *per se*.

Após as intervenções, o Plano de Atividades de 2023 foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

A Sra. Presidente do CG agradeceu a participação de todos.

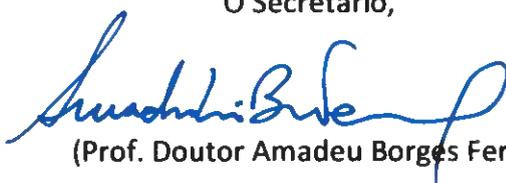
Nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente do CG deu por encerrada a reunião, pelas treze horas, lavrando-se a presente ata com tudo o que de relevante nela se passou.

A Presidente,



(Prof.ª Doutora Ana Maria Bettencourt)

O Secretário,



(Prof. Doutor Amadeu Borges Ferro)